

ANÁLISE DE REDES DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: USO DO *FRAMEWORK I STAR*

Mauro dos Santos Carvalho

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
mauroscarvalho@yahoo.com.br

Arlete Ramos dos Santos

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC
arlerp@hotmail.com

Francisco dos Santos Carvalho

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
franciscodossantoscarvalho@gmail.com

Marcelle Bittencourt Xavier Almeida

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB

Resumo: Considerando que a análise de políticas públicas possui um enfoque analítico ou descritivo das diversas etapas do ciclo de políticas públicas, descrevendo e explicando as causas e as consequências da ação governamental no tempo e no espaço em que operam atores públicos e privados em uma determinada arena política, este trabalho teve como objetivo apresentar exemplos de modelos do *Framework i star* que está sendo utilizado em uma pesquisa de pós-graduação que, entre outros objetivos, busca analisar a estrutura de funcionamento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) com base em um estudo de caso realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Para tanto, buscou-se correlacionar a estrutura de funcionamento do Pronera-UESB com as informações teóricas inerentes à análise e às redes de políticas públicas; e exemplificar o uso dos modelos de Dependência Estratégica e de Razão Estratégica para modelagem das conexões da rede foco do estudo de caso em questão. Para tanto, foram utilizadas pesquisas exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, por intermédio do uso do software OME3. Inicialmente, foram apresentadas as informações teóricas sobre Educação do Campo e Pronera, análise de políticas públicas e redes de políticas públicas (*policy networks*) na Educação do Campo. Em seguida, exemplos de uso do *Framework i star* foram exibidos, em conformidade com a análise de documentos oficiais do Pronera-UESB. Os resultados obtidos apontam que esse *framework* contribui significativamente para o processo de análise de uma política pública de Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação do Campo. Pronera. Rede de política pública.

1. Introdução

É crescente o interesse da sociedade por estudos que analisem as políticas públicas voltadas para a Educação do Campo. Esta tem origem em várias lutas sociais para diminuir o distanciamento entre os cidadãos do campo e das cidades. No Brasil, a zona rural ainda é marcada pela falta de estrutura básica relacionada com políticas públicas que garantam uma educação de qualidade, estradas apropriadas, atendimento à saúde e assistência técnica, por exemplo.

Na sociedade contemporânea, a intensificação da setorialização, a compartimentalização, a segmentação da política governamental e a tecnificação das decisões têm contribuído para ampliar a distância social entre parcelas da população, entre aqueles que são foco de políticas públicas e aqueles que permanecem esquecidos pelo poder público.

É necessário um outro olhar para a relação entre o campo e a cidade, no sentido de promover a igualdade social entre os beneficiários das políticas públicas de Educação do Campo. Segundo Arroyo (2005), a sociedade contemporânea tem sido caracterizada pelo surgimento de novas percepções, novos valores, nova consciência de direitos, nova consciência de dignidade, nova cultura e novas arquiteturas nas conexões entre os atores envolvidos no escopo de uma política pública.

O desafio posto, no caso brasileiro, é investigar como as redes de políticas públicas estão estruturadas, dada a urgência da sociedade em promover o fortalecimento e a ampliação de um sistema público de Educação do Campo.

Ressalta-se que há problemas no funcionamento das redes de conexões entre atores governamentais e não governamentais, o que dificulta promover a educação para todos, observando a devida adequação da educação às singularidades culturais e regionais, conforme preconiza a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (BRASIL, 2002).

O Decreto n.º 7.352, de 4 de novembro de 2010, trata da política de Educação do Campo e regulamenta o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), que surge com o propósito de reduzir o analfabetismo de jovens e adultos das famílias atendidas pelos projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mas que posteriormente passa a atender outros níveis de modalidades de ensino, cujo público amplia para

professores e educadores, famílias cadastradas e alunos dos cursos de especialização. Segundo esse Decreto, a Educação do Campo abrange desde a creche à pós-graduação, sendo uma responsabilidade compartilhada da União, Estados e Municípios (BRASIL, 2010a).

Participa da rede de política pública do Pronera o Ator Universo de Beneficiários (agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores rurais assalariados, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos), que devem ser alvos de políticas públicas capazes de promover o respeito à diversidade, nos aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais, culturais, por exemplo (BRASIL, 2010a).

Em função da inserção de novos arranjos na organização da sociedade moderna, as análises de políticas públicas têm contribuído para a redefinição de modelos, teorias e métodos que pretendem explicá-las. Segundo Labra (1999), esses novos arranjos são resultantes da junção de fatores externos e internos.

Face ao que foi exposto, este trabalho teve como objetivo central apresentar exemplos dos modelos do *Framework i star* que estão sendo utilizados em uma pesquisa de pós-graduação que, entre outros objetivos, busca analisar a estrutura de funcionamento do Pronera com base em um estudo de caso realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Buscou-se resposta para a seguinte questão central de pesquisa: como explicar a estrutura de funcionamento do Pronera-UESB à luz da modelagem organizacional para a análise de políticas públicas (*policy analysis*), em uma rede de políticas públicas (*policy network*), com o *Framework i star*?

Foram formulados os seguintes objetivos específicos para a presente investigação: correlacionar a estrutura de funcionamento do Pronera-UESB com um arcabouço teórico inerente à análise e às redes de políticas públicas; e exemplificar o uso dos modelos de Dependência Estratégica (*Strategic Dependence*) e de Razão Estratégica (*Strategic Rationale*) para a modelagem do Estudo de Caso em questão.

Trata-se de uma investigação com significativa relevância acadêmica e social, uma vez que foi possível apresentar uma estratégia metodológica integrada aplicada à análise de uma política pública de Educação do Campo, resultando na geração de modelos qualitativos que ajudam no entendimento da estrutura e do funcionamento da política pública, alvo desta investigação.

2. A Educação do Campo e o Pronera

Em conformidade com a Constituição Federal Brasileira de 1988, as políticas educacionais devem abranger a todos os cidadãos, sendo, portanto, um direito de todos e um dever do Estado e da família. Essas políticas devem visar o pleno desenvolvimento da pessoa humana, o preparo da pessoa para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Segundo Silva (2000), os objetivos da educação fixados na Constituição Federal requerem a existência de um sistema formal de educação fundamentado em princípios democráticos que garantam a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a valorização dos profissionais do ensino garantido na forma da lei e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

Na percepção de Souza e Gehrke (2017), devem ser criadas condições favoráveis para garantir a dignidade da pessoa humana com a qualidade existencial mínima para uma vida saudável, bem como promover o desenvolvimento de competências para que os cidadãos participem ativamente e de modo responsável na construção de uma sociedade mais igualitária. Assim, as políticas públicas educacionais devem envolver os estudantes, os professores, os gestores, os familiares, a sociedade civil e os representantes do Estado que compõem os governos nas três esferas de poder.

A educação do campo, segundo Arroyo, Caldart e Molina (2004, p. 12), é entendida como um modo de perceber o campo como espaço de democratização e inclusão social, e que “[...] projeta seus sujeitos como sujeitos de história e de direitos; como sujeitos coletivos de sua formação enquanto sujeitos sociais, coletivos, éticos, políticos”. Esses autores mencionados enfatizam que é preciso promover a libertação do homem do campo da condição de explorado pelo sistema capitalista.

Caldart (2004) afirma que os sujeitos da Educação do Campo são pessoas que sofrem na pele as implicações de uma realidade perversa, porém, não se confrontam com ela, notadamente em um contexto de desenvolvimento desigual entre cidadãos da cidade e do campo, resultando em exclusão social.

O Pronera é uma política pública composta por um tripé participativo que envolve os movimentos sociais e sindicais, as Instituições de Ensino e o Inbra. Implantada no Brasil pela Portaria n.º 10, de 16 de abril de 1998, essa política pública foi definida por Molina (2008, p. 42) como uma “[...] política pública institucionalizada por demanda coletiva [...]”, desenvolvida em áreas de reforma agrária e executora das práticas e de reflexões teóricas da Educação do Campo.

A estrutura e o funcionamento do Pronera, segundo Rocha (2009) e Hackbart (2008), requerem o envolvimento da sociedade civil e do Estado, com vistas a gerar um diálogo crítico e permanente (negociações) para transformar a realidade do trabalhador do campo.

Além do Pronera, a Educação do Campo, no Brasil, contém outras políticas públicas, a exemplo da Escola Ativa (concessão de bolsas de estudos), Projovem Campo (destinado a agricultores com idade entre 18 e 29 anos, alfabetizados), Procampo (Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo) e Programa de Construção de Escolas no Campo (BRASIL, 2010b).

3. Análise de políticas públicas para a Educação do Campo

Em uma incursão na literatura alusiva aos estudos sobre políticas educacionais, mencionada a seguir, observa-se uma lacuna no que diz respeito às análises dos modelos de redes de dependência estratégica (*strategic dependence*) e de razão estratégica (*strategic rationale*) que podem ser utilizados para produzir eficientes e eficazes análises do ciclo de vida das políticas públicas (*public policy cycle*), em relação aos objetivos (*goals*), objetivos-soft (*soft-goals*), recursos (*resources*) utilizados e tarefas (*tasks*) realizadas pelos atores (*actors*) envolvidos nos processos de negociações e conflitos que fazem parte da luta pela inclusão da política na agenda de governo, na formulação, na execução, no controle e na avaliação da ação governamental.

Souza (2006 apud MARTINS, 2013, p. 289) sinalizou que o foco analítico da política pública “[...] reside na identificação do problema que ela procura solucionar, na forma como esse problema se concretiza no sistema jurídico e político (*politics*) e na sociedade política (*polity*)”. Esse pressuposto – assim como a definição das tipologias - dificilmente aparece nos estudos sobre políticas educacionais, o que nos leva a inferir que a área nem sempre estabelece diálogos com as

teorias e os modelos construídos no campo mais amplo de análise das políticas públicas (*policy analysis*).

O termo *policy analysis* foi introduzido por Lasswell (1936) com o objetivo de constituir um diálogo entre os atores políticos (cientistas sociais, grupos de interesse e governo etc.). Por sua natureza, conforme dito anteriormente, a análise de políticas públicas possui enfoque analítico ou descritivo das diversas etapas do ciclo de políticas públicas (BARDACH, 1998), descrevendo e explicando as causas e as consequências da ação do governo (DYE, 1976) em uma abordagem ampla (WILDAVSKY, 1979) no tempo e no espaço em que operam os atores públicos e privados em uma determinada arena política (*Policy Arena*) (SANTOS, 2000; SUBIRATS et al., 2008).

Frey (2000) enfatizou que três dimensões ajudam a proceder com a análise das políticas públicas, quais sejam: Institucional (*Polity*), na visão estrutural; Processual (*Policits*), nas decisões de governo; e Material (*Policy*), com a representação pelos resultados das políticas públicas. Nesse sentido, os analistas de políticas públicas devem identificar as melhores perspectivas teóricas e selecionar as ferramentas que serão usadas no trabalho de análise.

Após essa exposição inicial sobre a análise de políticas públicas, na subseção seguinte, será discutido o termo redes de políticas públicas (*policy networks*).

4. Redes de políticas públicas na Educação do Campo

Uma análise da qualidade de uma política pública de Educação do Campo deve levar em consideração a estrutura da rede de relacionamentos entre os atores. Devem ser identificados os fatores inerentes à janela de oportunidade para inclusão da política pública na agenda governamental, os papéis dos atores governamentais e não governamentais, as relações de forças, o grau de competição e/ou cooperação entre os atores, seus objetivos, suas restrições, suas capacidades, suas motivações, as tarefas que eles desenvolvem, o grau de acoplamento entre eles, a eficiência e eficácia dos processos e os procedimentos formais exigidos pelo poder público, entre outros aspectos que forneçam subsídios para identificar os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças no desenho de uma determinada rede de política pública (*polity network*).

As redes de políticas públicas têm sido utilizadas para facilitar o entendimento sobre o modo que os políticos, os burocratas, os especialistas, os representantes de grupos de interesse e outros atores mantêm conexão entre si (GREENAWAY; SALTER; HART, 2007).

No Brasil, tem-se intensificado o clamor pela descentralização dos processos de decisões e redução dos entraves burocráticos para viabilizar a realização das ações propostas no Pronera, em razão da supremacia do Estado no processo de formulação, implementação e avaliação dessa modalidade de política pública. Assim, as redes de políticas podem ser muito relevantes para explicar a intencionalidade, as dependências estratégicas entre os atores, bem com as razões, os porquês que estão por trás dos processos que compõem a política pública do Pronera-UESB.

5. Metodologia

Em termos metodológicos, a presente investigação considerou que, embora se registre um número expressivo de pesquisas, publicações, grupos de pesquisa e linhas de pesquisa em Programas de Pós-Graduação em Educação, observa-se que as questões metodológicas e as discussões sobre referenciais analíticos e sobre fundamentos epistemológicos das pesquisas ainda podem ser exploradas de modo mais abrangente tanto no campo das políticas públicas quanto no campo específico das políticas educacionais.

Diante disso, a estratégica metodológica utilizada neste estudo de caso, fundamentou-se em pesquisas exploratórias e descritivas, com abordagem qualitativa, realizadas no período de março a agosto de 2017, no Pronera coordenado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Pronera-UESB). A abordagem qualitativa é significativa para a análise de processos e significados, oferecendo uma visão que vai além das análises em termos de grandeza, quantidade, frequência ou intensidade (DENZIN; LINCOLN, 1998).

A escolha pelo método de estudo de caso teve como finalidade principal investigar um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real. Foram feitas exemplificações do uso dos modelos de dependência estratégia e de razão estratégica que não foram encontradas em trabalhos anteriores sobre análise de uma política pública de Educação do Campo. Após a concepção do caso, realizou-se o seu planejamento, uma pesquisa de campo, o estabelecimento

das conexões de dados e informações, a descrição e análise dos resultados da presente investigação.

Fez-se uso de técnicas diretas e indiretas, como o levantamento de legislação inerente ao Pronera, de documentos oficiais existentes no Centro de Aperfeiçoamento Profissional (CAP), Campus Universitário de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil, bem como de documentos oficiais em arquivos permanentes da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Em relação aos instrumentos de pesquisa, utilizou-se do *Framework i star* para elaborar as análises dos modelos dois modelos supracitados, representando os objetivos (*goals*), objetivos-soft (*soft-goals*), recursos (*resources*) utilizados e tarefas (*tasks*) realizadas pelos atores (*actors*) identificados nos documentos analisados, mediante o uso do software OME3 (YU, 2017; CARVALHO, 2015), com vista a oferecer ao leitor uma compreensão de alguns aspectos básicos da modelagem organizacional que será aplicada em outras fases da investigação na análise dos ambientes interno e externo da mencionada política pública.

6. Resultados do Estudo de Caso

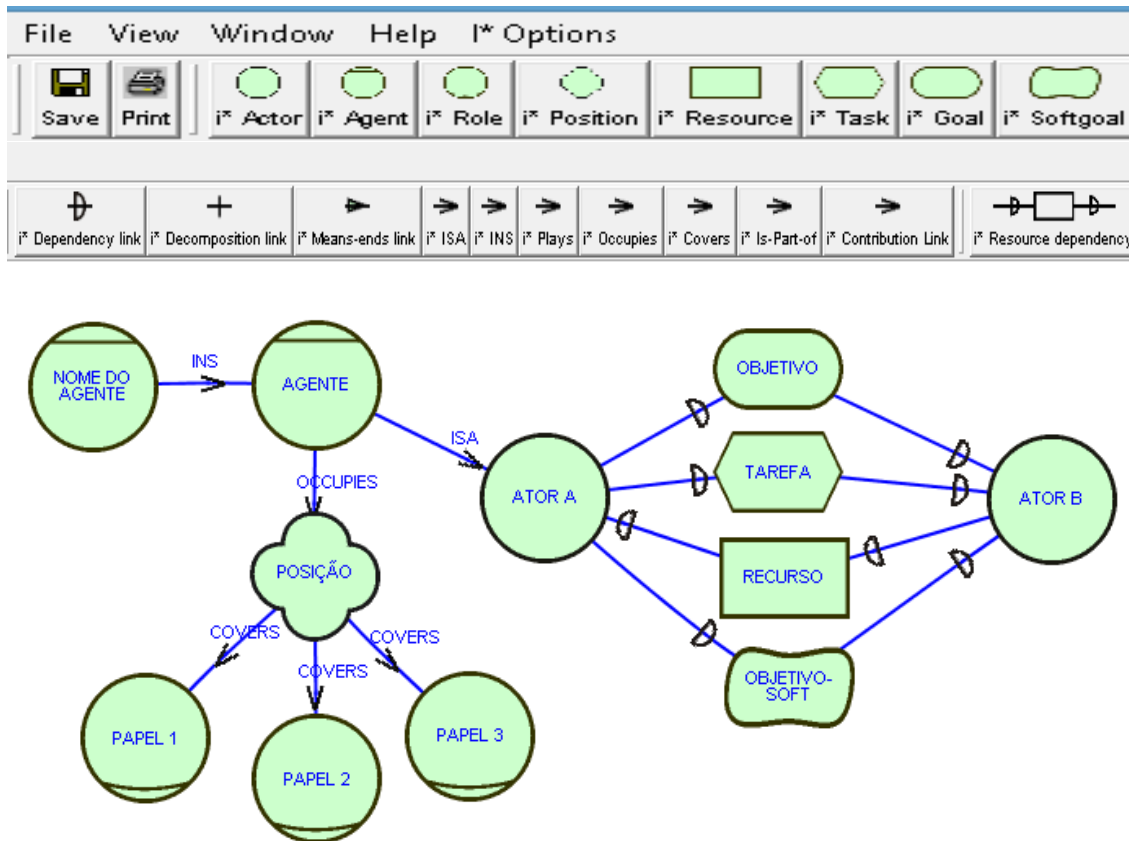
Esta seção apresentará explicações sobre o uso do *Framework i star*. Serão apresentadas informações sobre a estrutura de funcionamento do Pronera-UESB, acompanhadas dos dois modelos mencionados.

6.1. *Framework i star* e a estrutura de funcionamento do Pronera-UESB

Inicialmente, é preciso ressaltar que as investigações até o momento, realizadas no Estudo de Caso em questão, geraram evidências que permitem afirmar que uma análise de política pública do Pronera-UESB deve ser acompanhada de modelos visuais que representem a rede de conexões entre os principais atores. Nessa rede também devem ser representados os principais objetivos que geram as ações dos atores, os recursos que os mesmos necessitam, as tarefas que serão executadas, as expectativas em relação aos atributos de qualidade e as restrições que se espera pelos atores.

Após a construção da rede de dependência estratégica, deve-se construir uma representação para analisar a composição de cada um dos atores, em termos do volume de tarefas, dos recursos disponíveis, das expectativas formuladas e das conexões estabelecidas para alcançar os objetivos pretendidos na arena política.

Figura 1 – Componentes representados no Modelo de Dependência Estratégica





Fonte: Autoria própria, 2017 – Software OME3.

A Figura 1 exibe alguns componentes que irão compor o desenho da rede do Pronera-UESB. Destacam-se dois Atores (A e B), que podem ser uma pessoa jurídica, uma pessoa física, uma unidade organizacional (uma Reitoria ou uma Diretoria Executiva, por exemplo) ou um componente físico (como por exemplo, um computador ou uma impressora) ou conceitual (um sistema de software pode ser um modelo). Esses atores (*actors*) possuem dependências

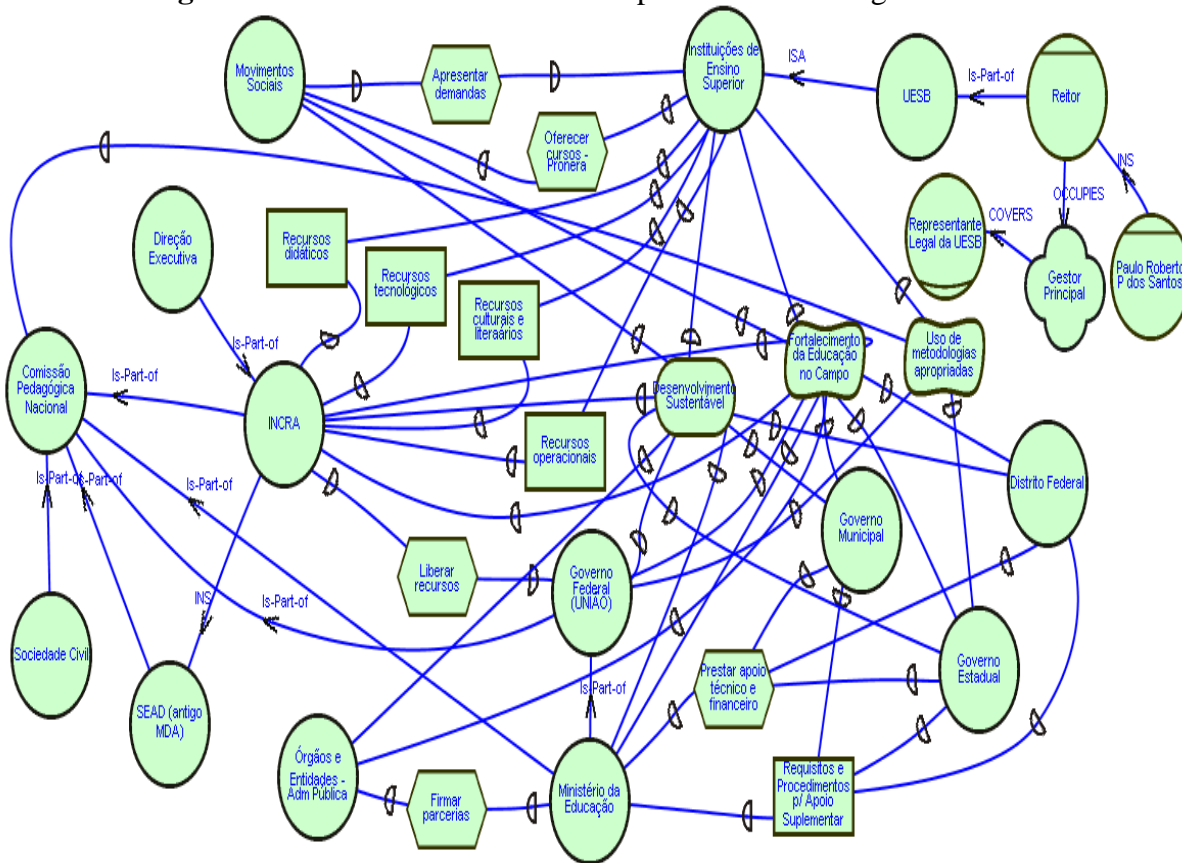
estratégicas para alcançar um determinado objetivo (*goal*), realizar uma tarefa (*task*), obter um recurso (*resource*) e/ou atingir um objetivo-soft (*softgoal*).

Além disso, o software OME3 gerou detalhes sobre um determinado ator, que pode ser representando por um Agente (*Agent*) que ocupa (*occupies*) uma posição (*position*) e cobre (*covers*) vários papéis (*roles*).

A Figura 1 ainda exibe uma associação entre os Agentes, representada por uma notação , denominada de instância. Também mostra uma relação do tipo  (é um), ou seja, um Agente é um tipo de Ator A.



Face ao exposto, a seguir é apresentada na Figura 2 uma representação parcial da modelagem da rede de dependências estratégicas que contém uma primeira macro-visão da estrutura de funcionamento do Pronera-UESB.

Figura 2 – Macro-visão da rede de dependências estratégicas – Pronera-UESB



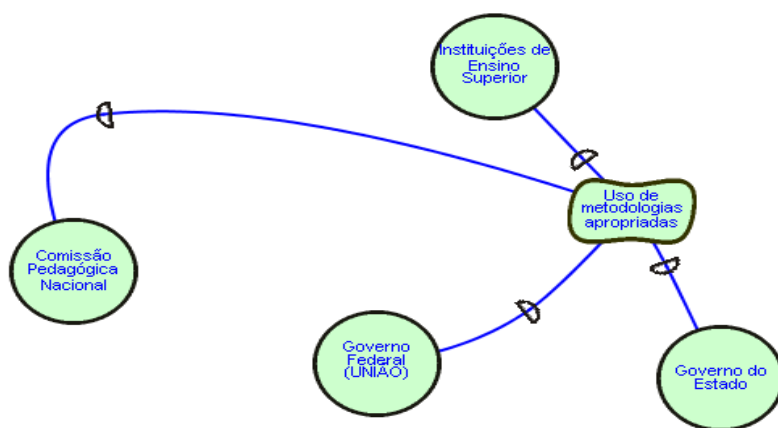
Fonte: Autoria própria, 2017 – Software OME3.

Observa-se na Figura 2 que foram representados os principais atores que compõem o Pronera, relacionados no Decreto n.º 7.352, de 4 de novembro de 2010 (BRASIL, 2010a), quais sejam: Movimentos Sociais, Instituições de Ensino Superior, Governo Federal (União), Governo do Estado, Governo Municipal, Distrito Federal, Ministério da Educação, Incra, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD – antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA).

Percebe-se que existem dependências entre esses atores, representadas pelas linhas com um “D”. O sentido da dependência pode ser indicado por  ou . Por exemplo, os Movimentos Sociais dependem das Instituições de Ensino Superior para apresentarem suas demandas relacionadas com a Educação do Campo, exibidas na Figura 2 por dependência de uma Tarefa.

Dando prosseguimento à explicação do formato da rede da Figura 2, verifica-se que foram representadas três dependências de objetivos-soft. O Ator Governo Federal (União) depende de oito atores para alcançar o Desenvolvimento Sustentável; de oito atores para a consecução do Fortalecimento da Educação do Campo. Contudo, necessita apenas de três atores (Instituições de Ensino Superior, Comissão Pedagógica Nacional e Governo do Estado) para alcançar o objetivo-soft “Uso de Metodologias Apropriadas”, como mostra a Figura 3.

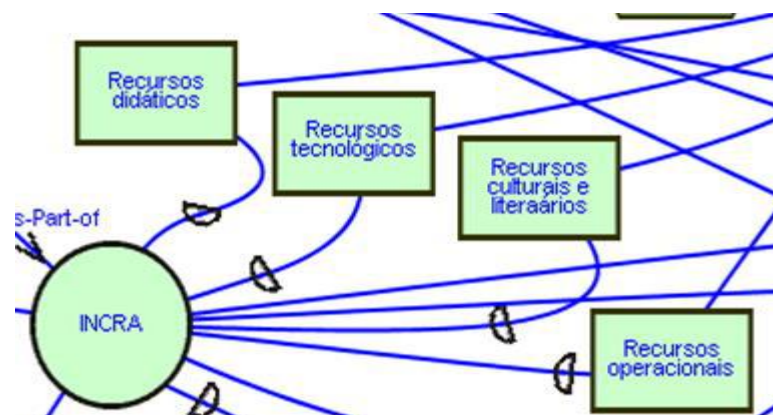
Figura 3 – Visão isolada da dependência estratégica do Objetivo-soft Uso de Metodologias Apropriadas



Fonte: Autoria própria, 2017 – Software OME3.

Foram também destacadas na Figura 2 as dependências estratégicas de Recursos. O Ator Instituições de Ensino Superior depende do Ator Inkra para liberar os recursos didáticos, tecnológicos, culturais e literários, e operacionais, conforme a Figura 4.

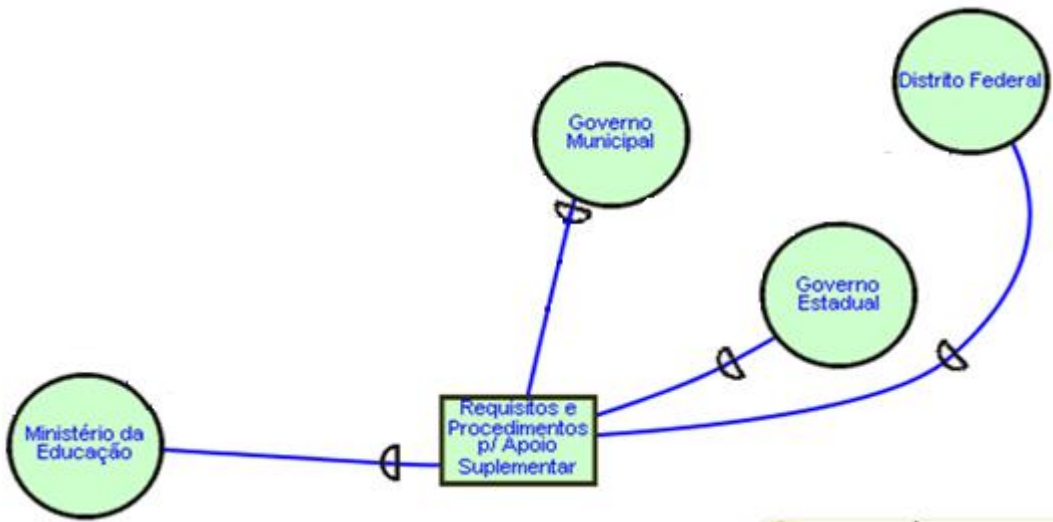
Figura 4 – Visão ampliada da dependência de recursos liberado pelo Ator Inkra



Fonte: Autoria própria, 2017 – Software OME3.

Por sua vez, a Figura 5 exibe uma visão ampliada da dependência que os Atores Distrito Federal, Governo do Estado e Governo Municipal possuem em relação ao Ator Ministério da Educação para liberar o Recurso Requisitos e Procedimentos para Apoio Suplementar.

Figura 5 – Visão isolada e ampliada da dependência de recurso liberado pelo Ator Ministério da Educação



Fonte: Autoria própria, 2017 – Software OME3.


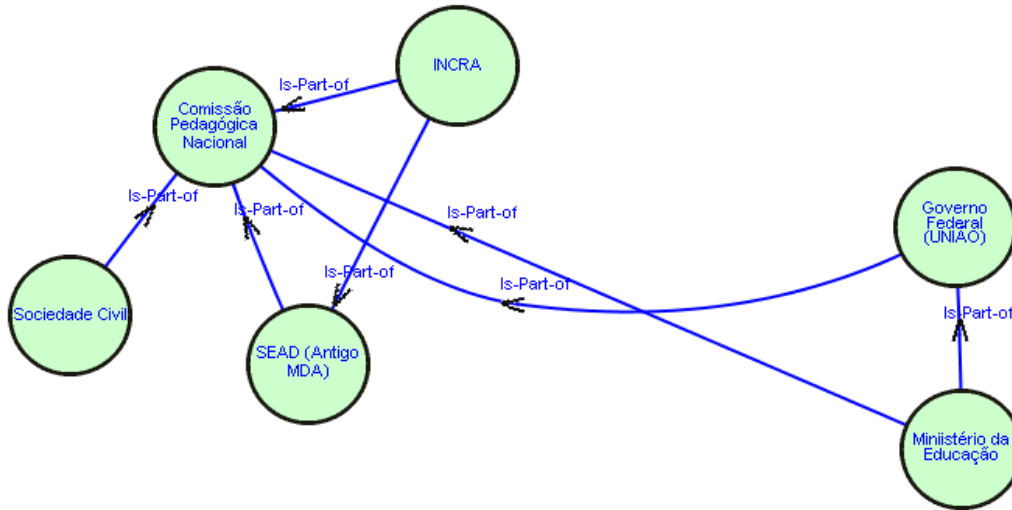
Por fim, a Figura 2 mostra que a Comissão Pedagógica Nacional é composta pelos seguintes Atores: Inbra, Sociedade Civil, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário, Governo Federal e Ministério da Educação. A notação  (é parte de) mostra esse tipo de associação entre os atores, conforme Figura 6.

Figura 6 – Visão isolada ampliada do uso da relação Is-Part-of (é parte de)



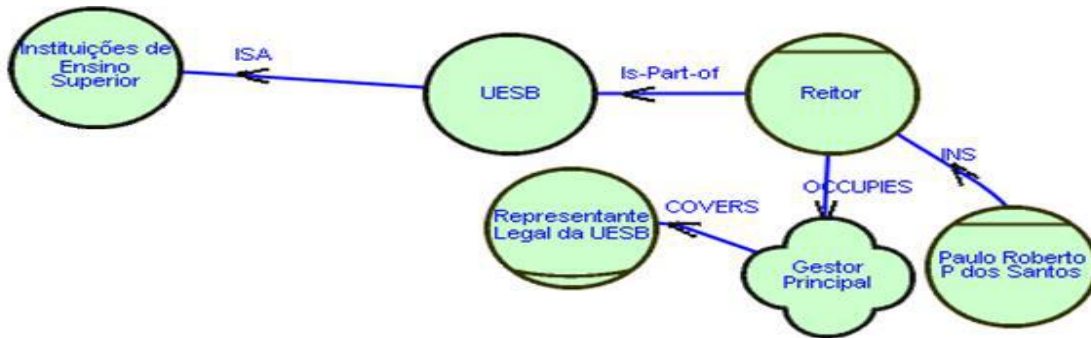
Fonte: Autoria própria, 2017 – Software OME3.

Tomando como referencial o que fora até aqui exposto, é válido afirmar que esse desenho inicial de parte da rede de política pública do Pronera-UESB é constituído por atores governamentais e não governamentais que se relacionam por interdependência e compartilham interesses para que os objetivos sejam alcançados. Segundo Rhodes (2007), esse tipo de rede requer a presença de esforços conjuntos para o desenvolvimento de uma política de interesse público, mediante a existência de relações formais ou informais marcadas pelo estabelecimento de objetivos, objetivos-soft, realização de tarefas (CARVALHO, 2015), com troca de recursos entre dos atores (MARSDEN; CAMPBELL, 1984).

A Figura 7 mostra um modo de representar as relações entre os atores, os agentes, valendo-se, para tanto, dos conceitos de Agente (*Agent*), Posição (*Position*) e Papel (*Role*), mediante links do tipo “é um” ou “é uma” (*Is-Part-of*) (é parte de), de uma instância (*Ins*), ocupa (*Occupies*) e Cobre (*Covers*).

Fica evidenciado na Figura 7 que o Ator Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) é uma de Instituição de Ensino Superior; que o Reitor (Agente) é parte da UESB, ocupa a Posição de Gestor Principal e executa o Papel de Representante Legal da Instituição.

Figura 7 – Representação de Agente, Posição e Papel

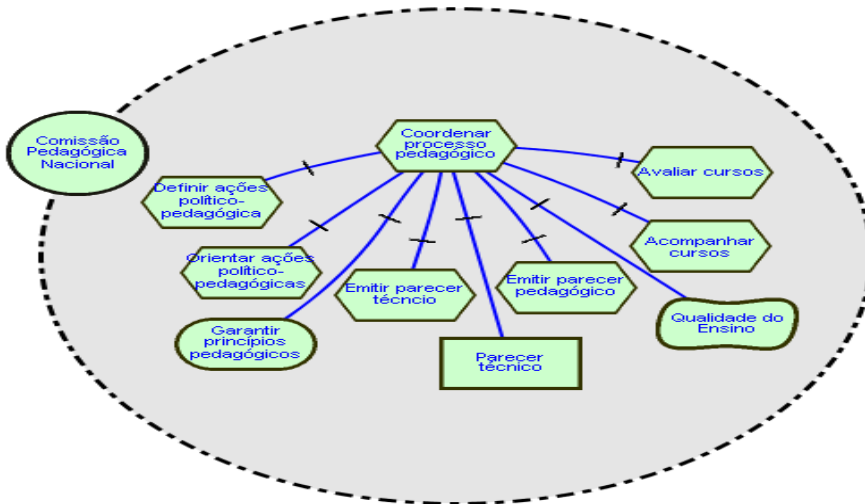


Fonte: Autoria própria, 2017 – Software OME3.

Outra possibilidade de analisar a rede da política pública do Pronera-UESB é criar a representação do Modelo de Razão Estratégica (*Strategic Rationale*). Este modelo visa apresentar as estratégias internas (*rationale*) dos atores que compõem a arquitetura da rede.

Por exemplo, a Figura 8 mostra a decomposição da tarefa “Coordenar processo pedagógico”, sob responsabilidade do Ator Comissão Pedagógica Nacional. Observa-se que foram representadas seis subtarefas, um objetivo (Garantir princípios pedagógicos), um recurso (Parecer técnico) e um objetivo-soft (Qualidade do Ensino).

Figura 8 – Modelo de Razão Estratégica: Ator Coordenação Pedagógica



Fonte: Autoria própria, 2017 – Software OME3.

Conclusão

A partir das informações teóricas prestadas sobre a Educação do Campo, Pronera, análise de políticas públicas e redes de políticas públicas (*policy networks*) de Educação do Campo, foram apresentadas exemplificações do *Framework i star* aplicado à política pública mencionada.

Buscou-se, mediante o que fora aqui apresentado, resposta para explicar a estrutura de funcionamento do Pronera-UESB à luz da modelagem organizacional para a análise de políticas públicas (*policy analysis*), em uma rede de políticas públicas (*policy network*).

Em relação aos objetivos específicos estabelecidos, é correto afirmar que foi possível correlacionar a estrutura de funcionamento do Pronera-UESB com o arcabouço teórico apresentado, bem como oferecer descrição básica dos modelos de Dependência Estratégica e de Razão Estratégica para a modelagem do estudo de caso em questão.

Ressalta-se, porém, que os resultados aqui apresentados fazem parte de uma pesquisa mais ampla. Por isso, em trabalhos futuros pretende-se descrever outros componentes do *Framework i star*, a exemplo dos links de relacionamento meio-fim (*i* means-ends links*) e de contribuição (*i* contribution links*) e da execução de um Papel por um Agente (*i* plays*).

Referências

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, Vozes, 2004.

ARROYO, M. G. Os desafios de construção de políticas para a Educação do Campo. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Educação do Campo: Cadernos Temáticos**, Curitiba: SEED, 2005.

BARDACH, E. **Los ocho pasos para el análisis de políticas públicas**. México: Centro de Documentación y Docencia Económicas, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Brasília-DF: Câmara dos Deputados, 2002.

_____. **Decreto n.º 7.352/2010**, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, art. 11-18, Brasília, DF, 2010a.

_____. Ministério da Educação. **Decreto organiza as políticas públicas educacionais do campo**. Publicado em 04 de novembro de 2010b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/208-noticias/591061196/16002-decreto-organiza-politicas-publicas-educacionais-no-campo>. Acesso em: 2 ago. 2017

CALDART, R. S. A escolha do campo de movimento. In: ARROYO, M. G; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, Vozes, 2004.

CARVALHO, F. S. Envolvimento dos moradores no orçamento participativo da cidade de Vitória da Conquista: o caso do bairro Nossa Senhora Aparecida. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**. Vitória da Conquista - BA, n. 19 p. 13-38, 2015.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Strategies of qualitative inquire**. Thousand Oaks CA: SAGE Publications, 1998.

DYE, R. **The policy analysis**. Alabama: The University of Alabama Press, 1976.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, Santa Catarina, 2000.

GREENAWAY, J.; SALTER, B.; HART, S. How policy networks can damage democratic health: a case study in the government of governance. **Public Administration** 85(3), 2007, p. 717–738.

HACKBART, R. Apresentação. In: SANTOS, Clarice Aparecida (orgs). **Campo: Políticas Públicas – Educação - Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo**. 2008, p. 19-86 (Por uma Educação do Campo, 7).

LASSWELL, H. D. **Politics: who gets what, when, how**. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LABRA, M. E. Análise de políticas, modos de policy-making e intermediação de interesses: uma revisão. Physis. **Revista Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 9 (2); 131-166, 1999.

MARSDEN, P. V.; CAMPBELL, K. E. Measuring tie strength. **Social Forces** 63, 1984, p. 482–501.

MARTINS, A. M. O campo das políticas públicas de educação: uma revisão da literatura. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 56, p. 276-299, set./dez., 2013.

MOLINA, M. C. A constitucionalidade e a justicibilidade do direito à educação dos povos do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida (Org). Por uma Educação do Campo. **Políticas Públicas**. Caderno 7, Brasília, 2008.

RHODES, R. Understanding governance: ten years on. **Organization Studies**. 28 (2), 2007, p. 1243-1264.

ROCHA, R. A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**. v. 1 n. 11 São Luís/MA, 2009. O Programa Residência Agrária – história e concepção.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, L. H. **As representações sociais da relação educativa escola-família no universo das experiências brasileiras de formação em alternância**. 2000. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/42324/1/ALTERIDADE-NAEDUCACAO-DO-CAMPO-presente-nas-politicas-publicas-eou-na-formacaopratica-pedagogica-e-representacoes-dos-professores-as/pagina1.html>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

SOUZA, R. de; GEHRKE, M. **Educação do Campo e as políticas públicas educacionais**. Universidade Federal do Paraná. UFPR Litoral. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38420/R%20-%20E%20-%20ROSANGELA%20DE%20SOUZA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 3 ago. 2017.

SUBIRATS, J. et al. **Análisis y gestión de políticas públicas**. Barcelona: Editorial Ariel, S.A., 2008.

WILDAVSKY, A. **Speaking truth to power: the art and craft of policy analysis**. Boston, 1979.

YU, E. Site. **Framework i star**. Disponível em: <http://www.cs.toronto.edu/~eric/>. Acesso em: 6 jul. 2017.